

# O processo migratório de mulheres angolanas grávidas e/ou com filhos para São Paulo (2013 a 2018)

*Dirce Trevisi Prado Novaes\**

## 1 INTRODUÇÃO

A imigração de mulheres grávidas cresceu no Brasil, fato observado nos últimos anos, em especial a partir de 2013, quando a chegada de angolanas se fez notar na cidade de São Paulo. Esse aumento foi visível, principalmente pelas instituições da sociedade civil que atuam com população imigrante<sup>1</sup> na cidade, como a Missão Paz<sup>2</sup> e o Centro de Referência para Refugiados da Caritas Arquidiocesana de São Paulo<sup>3</sup>.

Segundo dados da Caritas, a proporção de mulheres que buscavam a instituição aumentou nos últimos anos. Em 2013, as mulheres representavam apenas 13% do público atendido, em 2015, foram 27% do total de atendidos, e desde 2016, ocupam por volta de 36%. Ademais, a Caritas também registrou um aumento de mulheres grávidas e chefes de família que procuraram atendimento a partir de 2013. De 2013 a 2017 o número de mulheres grávidas passou de 10 para 54, e em 2015 e 2016 vieram 110 e 173 respectivamente. Há ainda dados sobre as famílias monoparentais, isto é, mulheres que vieram com pelo menos um filho menor de 18 anos de idade nascido em seu país de origem ou residência habitual (BERQUÓ, 1989). Em 2015, 202 mulheres nessas condições foram à Caritas e em 2016 houve o ápice de 276, contrastando com as 18 famílias monoparentais recebidas em 2013 (CASP, 2021).

No tocante à nacionalidade angolana, destacamos ainda o fato de que os angolanos formaram o grupo que mais chegou à Caritas nos anos de 2016, 2017 e 2018. Em 2015, eram o segundo grupo, atrás dos sírios, e em 2014 foram o quarto. Em 2013, os angolanos nem estavam entre os 5 grupos mais atendidos pela organização (CASP, 2021). A Missão Paz também registrou aumento da procura de mulheres angolanas buscando atendimento na instituição ao longo dos anos: em 2013 foram 28, em 2014, 29, em 2015, 101, em 2016 teve o pico de 439, em 2017 foram 201 e em 2018, 52 (MISSÃO PAZ, 2020).

---

\* Doutora em Ciências Sociais pela PUC-SP em 2021, enfermeira obstétrica; membro do Ministério Público do Trabalho aposentada e voluntária na Missão Paz. E-mail de contato: [dirce.trevisi@gmail.com](mailto:dirce.trevisi@gmail.com).

Diante desta realidade, mais precisamente em 2017, as referidas organizações noticiaram a chegada de angolanos, sobretudo de mulheres com filhos, devido às dificuldades relatadas pelas instituições governamentais e da sociedade civil na oferta de acolhimento e atendimento a essas pessoas. Isso porque, a demanda das mulheres com filhos, grávidas, ou não, implicava necessidades específicas e diferenciadas daquelas que até então eram recebidas por essas entidades (DIÓGENES, 2016).

Paralelo a isso, segundo Diógenes (2016), a chegada de mulheres angolanas com filhos, grávidas ou não, também chamou atenção das entidades públicas devido ao aumento das solicitações de reconhecimento da condição de refugiado (doravante solicitações de refúgio). Durante muito tempo, os angolanos representaram o maior número de refugiados no Brasil<sup>4</sup> fugindo da Guerra Civil que durou cerca de 27 anos (VISENTINI, 2012)<sup>5</sup>. Porém, em 2012 o Comitê Nacional para Refugiados (CONARE) assinou uma Cláusula de Cessação de Refúgio desses nacionais devido ao entendimento de que as causas que motivavam o refúgio haviam cessado (ACNUR, 2012). Entretanto o CONARE registrou, a despeito da referida cláusula, um aumento no número de angolanos que solicitaram refúgio no Brasil a partir de 2013: em 2010, 14 pessoas de Angola solicitaram refúgio, em 2011, 32, em 2012, 25, e em 2013, o CONARE registrou 68 novos solicitantes angolanos. Esse número de imigrantes angolanos continuou crescendo visto que em 2014, foram 199 pessoas, em 2015, 1.095, em 2016, 1.351 e em 2017 teve o pico de 2.065 pedidos desses imigrantes.. Em 2018, último ano de estudo desta pesquisa, há uma queda significativa quando apenas 681 angolanos solicitaram refúgio perante o CONARE<sup>6</sup> (MJSP, 2020).

Daniel Bertolucci Torres (2016) em seu artigo sobre o aumento de solicitações de refúgio de angolanos no Brasil, demonstra preocupação com as mulheres grávidas que estão vindo para São Paulo. Ele menciona os dados registrados pela Caritas:

O fator principal que chama atenção da população angolana que busca refúgio no Brasil é o seu perfil. Ainda que mais de 80% das solicitações de refúgio sejam de homens, há uma preocupante - e numerosa - chegada de mulheres angolanas grávidas. Além disso, mulheres sozinhas têm viajado com filhos pequenos e chegam ao Brasil sem qualquer referência e amparo. No ano de 2015, a Caritas-SP registrou a entrada de aproximadamente 3.900 novos casos: somente de angolanos e angolanas foram 678, ou seja, 17%. Desse número, 364 são mulheres, sendo 74 grávidas, número bastante contrastante com a média nacional de solicitações de refúgio que está em 20% de mulheres (TORRES, 2016).

Apesar da complexidade desse movimento migratório, poucos trabalhos, até então, analisam as peculiaridades da vinda dessas imigrantes angolanas, com filhos e/ou grávidas para o Brasil, especialmente para a cidade de São Paulo

(FURTADO, 2018; ROSSA, 2018; ROSSA; MENEZES, 2017; 2018). Essa mudança no perfil migratório foi determinante na escolha das mulheres angolanas como objeto da pesquisa<sup>7</sup>.

Como enfermeira obstétrica, em atividade por 22 anos, e como voluntária da Missão Paz por 4 anos, sempre me inquietei muito diante da presença constante de mulheres grávidas de várias nacionalidades. Buscava entender a motivação dessa imigração com todos os seus problemas e dificuldades, acrescida algumas vezes do desafio de terem filhos doentes. Essa inquietação também se fundamentava por compartilhar a perspectiva do sociólogo argelino Abdelmalek Sayad (1998, p. 15), que compreende o fenômeno migratório como um “fato social completo”, ou seja, como um processo complexo que pode ser analisado por diferentes áreas do conhecimento, visto que é atravessado por questões econômicas, políticas e sociais das mais diversas ordens.

Analisando estes fatores decidi pela realização de uma pesquisa que desse respostas às inquietações e que nos levasse a um maior entendimento dessa migração, que é, vale destacar, basicamente feminina.

## 2 SOBRE PERGUNTAS, HIPÓTESES E OBJETIVOS DA PESQUISA

Buscamos responder às seguintes perguntas de pesquisa: Por que as mulheres angolanas vieram para o Brasil? Por que vieram grávidas ou aqui engravidaram? Por que permanecem no Brasil?

Esta pesquisa se baseou em três hipóteses: A primeira é que mulheres angolanas adotam estratégias migratórias para conseguir a permanência no Brasil, o que envolve a decisão de migrar grávida ou aqui engravidar para conseguir a regularização migratória com base em prole brasileira. A segunda hipótese é que a migração de mulheres angolanas para São Paulo pode ser explicada também devido ao atendimento à saúde precário no país de origem e à crença de que no país de chegada encontrarão melhores condições de saúde e educação para elas, seus filhos e suas famílias. E, por fim, a terceira é de que o desejo de alcançar melhores condições de vida a partir da reprodução e regularização migratória no Brasil são fatores que precedem a busca por trabalho.

Como objetivo principal buscamos entender e mapear as estratégias migratórias adotadas pela mulher angolana como parte de seu projeto migratório, considerando principalmente a regularização migratória por filho nascido no Brasil<sup>8</sup> e a busca por saúde e educação para suas famílias. Além disso, investigamos o que a imigração significa para elas em termos de saúde, reprodução e melhores condições de vida.

O período temporal compreende os anos de 2013 a 2018. Selecionamos ainda a cidade de São Paulo como *locus* de pesquisa, porque, naquele período, era o município que mais recebia imigrantes e refugiados no Brasil<sup>9</sup>, além de ser uma referência na rede de instituições de acolhimento e atendimento a imigrantes (SISMIGRA, 2020).

Como fundamentação teórica buscamos artigos, dissertações e teses relativos ao tema desta pesquisa. Utilizamos e analisamos dados obtidos junto à Missão Paz, Caritas Arquidiocesana de São Paulo, CONARE, Polícia Federal (SINCRA e SISMIGRA<sup>10</sup>) e também de organismos e relatórios internacionais.

Ademais, como metodologia, optamos pela entrevista semiestruturada com 19 mulheres angolanas que chegaram no Brasil entre 2013 e 2018 grávidas ou não, com filhos ou não, com maridos e companheiros ou não. Elaboramos, para tanto, um roteiro de questões com intuito de ouvir a mulher angolana e entendê-la como sujeito ativo de seu processo migratório. As mulheres foram contatadas a partir da pesquisa de campo realizada entre 2017 e 2018 na Missão Paz e no Centro de Atendimento Especial para Mulheres Imigrantes (CAEMI PALOTINAS). Foram entrevistados ainda 14 especialistas sobre o tema, incluindo representantes de instituições da sociedade civil e pesquisadores acadêmicos. As entrevistas com as mulheres angolanas ocorreram entre 24 de agosto de 2017 a 4 de abril de 2018, e com os especialistas no período de 17 de julho de 2017 a 14 de agosto de 2018.

### 3 RESULTADOS

Durante o trabalho de campo investigamos a constituição das famílias, a influência da Guerra Civil Angolana em suas trajetórias, as razões da escolha do Brasil como *locus* da imigração, o percurso feito para sair de Angola e chegar ao Brasil, bem como as redes sociais nos dois países que, de alguma forma, auxiliaram nesse trajeto e na manutenção da vida dessas imigrantes em São Paulo. Ademais, foram feitas questões relativas ao trabalho, moradia, comunidade, discriminação, relacionamentos sociais cotidianos, saudades e vínculos com seu país de origem.

Sobre o perfil das 19 mulheres entrevistadas, verificamos que sua média de idade era de 29,4 anos. A maioria das entrevistadas era evangélica, e a respeito de sua escolaridade, identificamos que todas elas frequentaram a escola e/ou o ensino superior por mais tempo do que indica a Agência das Nações Unidas para Desenvolvimento (UNDP, 2019), pois a média de estudo das entrevistadas foi 10,3 anos, e da UNDP, foi 4. Apesar da boa escolaridade, todas estavam desempregadas ou trabalhavam com comércio informal na data da entrevista. Juntas tinham um total de 38 filhos, 25 nascidos em Angola e 13 no Brasil. A média de filhos por mulher pesquisada era de 2 filhos.

Declararam como razão da escolha do Brasil como país de destino migratório a busca por saúde e educação (gratuitas e de qualidade) para seus filhos. Todas vieram de avião, desembarcando no Rio de Janeiro ou São Paulo com vistos de turistas e solicitaram refúgio no momento da chegada. Apesar de 11 mulheres terem declarado que eram casadas, apenas duas vieram com seus maridos, e 15 das 19 (ou 78,9%) vieram sozinhas (desconsiderando a companhia de seus filhos). Dentre as entrevistadas, 14 mulheres migraram grávidas, sendo oito no

último trimestre de gestação. Deram à luz em hospitais públicos de São Paulo e quase todas moram em bairros da zona leste da cidade. Várias viveram por um tempo em casas de acolhida de instituições da sociedade civil, e na data da entrevista, seis mulheres ainda estavam abrigadas no CAEMI Palotinas, e duas no CAEMI Gilza Peloso.

Um dos temas que se destacou nas entrevistas semiestruturadas com as mulheres angolanas foi a importância dada à educação infantil, ao desenvolvimento educacional e a qualidade das condições de saúde para os filhos e elas próprias. Estas pautas sobressaíram especialmente, porque trata-se, em sua maioria, de famílias monoparentais (BERQUÓ, 1989), em que as mulheres migrantes são as responsáveis pelo sustento, criação e manutenção da família no Brasil. Desse modo, a qualidade da educação e dos serviços de saúde, a gratuidade das consultas, o acesso a medicamentos, creches, escolas e benefícios de assistência social representam maiores possibilidades de viverem um futuro melhor, mais próspero, seguro e saudável do que aquele que elas acreditam que teriam em Angola<sup>11</sup>.

Uma outra variável que emergiu durante as entrevistas com as mulheres angolanas e que nos chamou a atenção foi a dificuldade de comunicação entre algumas entrevistadas e a pesquisadora. Por serem angolanas, esperávamos que a comunicação fosse fluida devido à língua compartilhada. Contudo, algumas, mais precisamente 8 das 19 mulheres, demonstraram não ter domínio da língua portuguesa, o que se fez notar por suas dificuldades de compreender as perguntas propostas e respondê-las. As imigrantes que apresentaram essas dificuldades foram aquelas cujas famílias fugiram de Angola durante a guerra de libertação e da guerra civil e foram residir na República Democrática do Congo (RDC) com a finalidade de educar seus filhos e proteger a família.

As dificuldades com a língua não estavam no enfoque inicial do projeto de pesquisa ou do roteiro de entrevista, mas foi importante sua identificação para compreender as histórias de vida das mulheres entrevistadas. Isso porque, essas oito mulheres angolanas que viveram na RDC por muitos anos, lá fizeram seus estudos iniciais e por isso dominavam mais o francês do que o português. Como consequência, notamos que apesar de terem um bom nível de escolaridade, a falta de domínio da língua portuguesa se tornou um empecilho significativo para elas na busca de emprego e na sua inserção no mercado de trabalho no Brasil. De igual modo, pode influenciar a relação de dependência que essas mulheres possuem com as instituições da sociedade civil que atendem imigrantes, visto que, por não falarem português fluentemente, têm sua autonomia comprometida.

Como mencionado, identificamos durante a pesquisa que todas as entrevistadas percorreram caminhos semelhantes no que diz respeito aos meios de regularização migratória no Brasil. Todas estavam documentadas, migraram para o país com visto de turismo e, assim que chegaram a São Paulo, buscaram instituições da sociedade civil e solicitaram refúgio na Polícia Federal. Pelas entrevistas, pudemos perceber que elas vieram para o Brasil sabendo que

deveriam seguir esses passos logo que estivessem no país. Fato que nos permite concluir que existe uma rede de informações (SASAKI; ASSIS, 2000; TRUZZI, 2008) que guia a mulher angolana no Brasil quando da sua chegada e possivelmente em Angola antes de emigrar.

Apesar deste rumo em comum, constatamos que as diferenças entre solicitar refúgio, os diferentes tipos de visto, ser refugiada ou ser imigrante não eram claras para as mulheres. O que predominava nas entrevistas era a certeza de que sendo mãe de filho brasileiro, sua regularização e permanência no país estaria garantida, ainda que os meios para tanto não fossem compreendidos em profundidade. O relato da entrevistada Elisa<sup>12</sup> demonstra essa convicção: “porque se a pessoa teve nenê, ninguém manda embora”.

A partir do relato das entrevistadas, notamos que entre a chegada dessas mulheres no país até a solicitação de reunião familiar com base em prole brasileira elas têm dificuldades para se regularizar no Brasil, pois, não raro, elas não se enquadram nas hipóteses de regularização previstas no revogado Estatuto do Estrangeiro, nº 6.815/1980, e na Lei de Migração, nº 13.445/2017. O antigo e o atual ordenamentos jurídicos possuem exigências rigorosas de documentação; estão frequentemente associados a contratos de trabalho prévios; requisitam altas taxas; além de terem outros severos critérios para acesso à residência permanente. Tal situação se deve ao fato de que há um desconhecimento acerca desses procedimentos legislativos por parte das mulheres entrevistadas, mas também porque as possibilidades legais não contemplam a realidade delas.

Nesse sentido, enquanto não se regularizam por prole brasileira, a permanência dessas mulheres no Brasil se torna inviável em face do rigor dos instrumentos normativos acima citados. Diante deste cenário, é legítimo que as mulheres imigrantes que se encontram nesse limbo jurídico busquem alternativas que se adequem a seu projeto migratório, exercendo sua agência, empoderando-se e se apropriando de outros recursos legais disponíveis pelo Estado para se regularizarem.

No caso das mulheres angolanas grávidas, identificamos que uma solução para este impasse foi recorrer à solicitação de refúgio e se manter no *status* de solicitante até que houvesse condições de obter a regularização com base em filho nascido no Brasil. Esta situação se mostra como mais viável considerando que os trâmites dos pedidos de refúgio no Brasil costumam se prolongar por pelo menos três anos (MORTARI A.C.; MARTINO, 2019), tempo este que, em tese, é suficiente para que mulheres consigam se estabelecer e modificar sua condição migratória de regularização provisória (solicitante de refúgio) para autorização de residência por reunião familiar (mãe de filho brasileiro).

A despeito de ser legítimo que as mulheres se apropriem dos instrumentos disponíveis, percebemos durante a pesquisa que esse movimento ainda ocorre com muito suporte das redes de apoio que essas mulheres possuem. Tais redes são compostas por instituições da sociedade civil, por colegas, amigas

e conhecidos, bem como outros relacionamentos que elas possuíam antes de chegarem ao Brasil e os constituídos no país de destino. Isso se fez notar porque ao longo das entrevistas, elas demonstraram desconhecimento dos detalhes desses procedimentos de regularização e fizeram menções a essas redes que as auxiliaram neste processo.

As nuances dos variados tipos de migração, como as diferenças e os requisitos para cada um deles e seus respectivos trâmites jurídicos nos parece que escapavam do domínio das entrevistadas. O objetivo maior é permanecer no Brasil com seus filhos, criar suas crianças, ter estabilidade e segurança para uma vida melhor e mais digna. Apesar disso, nos chamou atenção que apenas três mulheres entrevistadas das 12 que eram mães de filhos brasileiros, possuíam a Carteira de Registro Nacional Migratório (CRNM) na data da entrevista. As demais estavam com o protocolo de solicitação de refúgio a despeito de, em tese, já terem direito a recorrer à autorização de residência com base em prole brasileira. Sobre esta questão, elas justificaram alegando que não tinham condições financeiras para dar entrada na documentação requerida e/ou para pagar as taxas exigidas pela Polícia Federal.

#### 4 ARTICULAÇÕES TEÓRICAS

Durante a pesquisa, algumas perguntas foram suscitadas em relação ao papel que os filhos representaram no projeto migratório das entrevistadas: a imigração ocorre pela procura de melhores condições de vida para seus filhos ou seus filhos nascidos no Brasil conferem a oportunidade de concretizar seu projeto migratório visto que com eles a regularização se torna mais viável? Se a mãe emigra de Angola para melhorar a qualidade de vida de seus filhos, como ficam esses valores em relação aos filhos deixados no continente africano?

Mostra-se impraticável responder tais indagações com precisão, muito embora, o que permanece após a pesquisa, as entrevistas e as análises é que tais dinâmicas são muito emaranhadas, de modo que não é possível separá-las. Identificamos que para algumas entrevistadas o foco era o seu projeto migratório (que está, invariavelmente, relacionado às possibilidades legais de regularização migratória), fato constatado a partir dos dados das entrevistas visto que, das 19 mulheres entrevistadas que vieram para o Brasil, 8 estavam no terceiro trimestre de gravidez. O caso da entrevistada Alice (11/12/2017) ilustra bem essa situação em seu emblemático depoimento quando fala sobre a morte de seu bebê, que “nasceu morto”: “O plano não deu certo, a morte do bebê atrapalhou”.

Entretanto, projetos migratórios das mulheres angolanas não se apresentam somente através da literalidade da lei, do debate das categorias migratórias e das vias de permanência no país, mas, sim, no desejo de melhorar sua qualidade de vida, busca por melhores oportunidades e na possibilidade de dar outro rumo e significado para as trajetórias de seus filhos e suas famílias.

Sobre os 11 filhos que ficaram em Angola e um na RDC, elas demonstraram afeto, angústia e culpa pela ruptura familiar dolorosa e pela distância que os acomete. Tais temas foram muitas vezes motivos de tristeza e lágrimas durante as entrevistas. Elas nos contaram que se comunicam constantemente com as crianças e com os familiares que ficaram responsáveis por elas e que à medida que se estabelecerem no Brasil, pretendem trazer os filhos deixados no local de origem. Dinâmica semelhante foi descrita por Nina Glick-Schiller, Linda Basch e Cristina Szanton-Blanc (2019) como “migração transnacional”, em que os imigrantes mantêm laços sociais entre seu local de origem e de destino. Esta perspectiva teórica foi discutida ao longo desta pesquisa também amparada por trabalhos de Rodrigues e Maisonave (2013) e Marinucci (2007).

Vale retomar que as mulheres entrevistadas tinham um total de 38 filhos (incluindo brasileiros e angolanos) e, no momento da entrevista, apenas 26 estavam vivendo com elas em território brasileiro, 11 ainda estavam em Angola e um estava na República Democrática do Congo com o pai. Tal situação nos fez pensar ainda que é possível que essas mulheres estejam esperando a reunião familiar pelo filho nascido no Brasil para trazerem o(s) filho(s) que ficou(aram) no continente africano, assunto que não foi analisado neste trabalho, mas que merece novas pesquisas como as de Martuscelli (2019) sobre o fenômeno da reunião familiar para imigrantes que vivem no Brasil.

O movimento dessas imigrantes nos possibilita reconhecer a coragem, a luta e o desejo que movem essas mulheres a reconstruírem suas vidas mesmo distantes de seu local de origem, o que se articula com o conceito de empoderamento estudado por Berth (2019) e as pesquisas realizadas por Sawaia (2009). As entrevistadas demonstraram ser agentes de seu processo migratório conduzindo suas trajetórias no Brasil em busca de seus sonhos, realizações e uma vida melhor para si, seus filhos e suas famílias (MARINUCCI, 2007; PERES; BAENINGER, 2012), ainda que vivenciem os efeitos decorrentes da interseccionalidade do racismo, da xenofobia e da misoginia (AKOTIRENE, 2019). Isso porque, pelo fato de serem negras, imigrantes, mulheres e mães de filhos pequenos, as entrevistadas enfrentam maiores dificuldades de inserção laboral e social na cidade de São Paulo que se somam às barreiras linguísticas das angolanas escolarizadas na RDC, apesar de terem boa escolaridade conforme já mencionado.

Identificamos que por trás desses projetos migratórios, existe uma questão cultural que ampara a migração dessas mulheres mesmo sob condições precárias em busca de uma vida melhor fora de Angola. Em outras palavras, a emigração de angolanas é um movimento incentivado socialmente em seu país de origem ainda que, no caso das entrevistadas, elas estejam, em sua maioria, sozinhas, na condição de solicitantes de refúgio, em situação provisória, com poucos recursos e repertórios acerca da realidade brasileira e paulistana, dependentes do apoio de instituições e redes, e responsáveis pelo sustento de crianças pequenas. A entrevistada Maia nos relatou que a emigração é uma questão cultural em Angola e em outros países africanos:

Nós africano tem hábito. A gente já nasce também com o costume de viagem, tem que viajar, tem que sair do país. Isso tudo que da coragem pra gente ficar fora, que da mais motivo pra gente ficar fora. [...] Então é um costume da África toda. Tem que viajar. Pra nós, a pessoa ficar só no mesmo sítio é quase pecado, então... por isso hoje também é melhor ficar aqui. (17/11/2017).

Nessa mesma direção, a pesquisadora angolana entrevistada I.M. declarou que parece haver uma visão compartilhada de que é “melhor sofrer longe, do que aqui [em Angola]” (I.M., 29/03/2018). O pesquisador C.L. também explicou essa visão comum às mulheres angolanas:

Eu entendo como uma questão que é própria da mulher angolana, isso é próprio dela, é uma característica da mulher, que é essa questão mesmo de se organizar. Ela não fica esperando, ela corre atrás, isso é muito interessante, é muito lindo nelas. A mulher angolana é uma mulher de luta, ela é de fibra, e se ela decidiu vir pra cá, ela decidiu assumindo correr todos os riscos possíveis e imagináveis, todos (07/05/2018).

Esse movimento da imigração de angolanas, mencionado pelos pesquisadores acima, também foi identificado por autoras como Santos, Novaes e Chaves (2018) que analisaram as motivações da mulher angolana para vir ao Brasil. O exercício da maternidade e a esperança que depositam no futuro de seus filhos impulsionam a migração dessas mulheres mães ainda que o façam sob muita dor e sofrimento de ter que deixar alguns de seus filhos para trás com a promessa de buscá-los assim que se estabilizarem no novo país de destino.

Elas esperam que ao conquistar seus desejos e planos no Brasil possam ter recursos para desenvolver com maior dignidade suas próprias vidas, a dos filhos que estão aqui com elas, quer sejam os brasileiros ou os angolanos, e assim prosperem para que, um dia, possam trazer e reunir seus filhos que ficaram em Angola. A procura por um berço seguro, de aconchego e acolhida parece ser o que essas mulheres pretendem em seus projetos migratórios. Nesse sentido, retomamos Bachelard (1978) que discorre sobre a importância da casa para a manutenção, integralidade e proteção da família, sobretudo, dos filhos.

Por meio desta pesquisa, pudemos ainda verificar alterações nos padrões familiares em relação aos fenômenos migratórios. A maioria dos teóricos (BAENINGER, 2016; MARINUCCI, 2007; PEIXOTO, 2004; SANTOS *et al.*, 2010) apontava que, via de regra, quem se deslocava em busca do sustento, melhores condições de vida e envio de remessas para a família que permanecia no local de origem era o homem. A mulher normalmente ficava com a responsabilidade de cuidar dos filhos e dos demais familiares. Quando a mulher migrava, ela era apenas vista como acompanhante deste homem, quer seja seu marido ou pai.

Ao longo do tempo, a mulher foi ocupando outros papéis nos estudos migratórios, inclusive, o de protagonista em alguns fluxos. Conseqüentemente, pesquisas passaram a focar no fenômeno da “feminização da migração” (BERTOLDO, 2018; MARINUCCI, 2007; OLIVEIRA, 2017). Segundo Marinucci (2007), o conceito representa o aumento numérico de mulheres migrando, mudanças nos critérios de análise das pesquisas e transformações no perfil dessas mulheres imigrantes. Em outras palavras, revelou-se que há uma vasta migração feminina que se realiza em diversos movimentos migratórios, não apenas como acompanhante.

Com o desenvolvimento das redes sociais de apoio a imigrantes, com a ascensão da globalização e da informática e com a manifestação de novos formatos de família – inclusive, as monoparentais, como descreve Berquó (1989) –, as mulheres também passaram a protagonizar esses fluxos que anteriormente eram vistos somente como masculinos. Atualmente, também ocorre que pais e mães se deslocam juntos para o mesmo local ou para locais diferentes, ou somente um dos membros, como apontaram as pesquisas de Rodrigues e Maisonave (2013) e Schuler (2015). Este fenômeno foi conceituado como “maternidade e paternidade transnacionais”. Rodrigues e Maisonave (2013) explicam que se trata do exercício da maternidade ou paternidade à distância, quer seja porque as crianças ficaram no país de origem e os pais (ambos ou só a mãe ou só o pai) migraram ou porque os filhos viajaram com outros familiares para estudar fora e, logo, distanciaram-se de seus pais que ficaram no país de origem ou não, podendo estar ainda em um terceiro local. Os autores demonstram que há um arranjo de possibilidades familiares que se configuram nas famílias transnacionais como estratégias para assegurar sua sobrevivência.

As autoras Schuler e Dias (2018) ao analisarem mais especificamente o movimento de emigração das mães apontam que quando o pai migra, normalmente os cuidados dos filhos ficam com as mães, e quando ambos se deslocam (ou só a mãe), essa responsabilidade recai para os avós ou outros parentes. Schuler (2015) definiu conceitualmente essas crianças como “órfãos da mobilidade”, situação que vem sendo contornada por meio de contatos frequentes e vínculos que são mantidos por meio das novas tecnologias que possibilitam a comunicação e a manutenção do relacionamento familiar, mesmo que distante.

Assim como descreveram os autores mencionados, essa dinâmica também ocorre com as mulheres entrevistadas e seus filhos que ficaram em Angola. Elas planejam enviar remessas, falam constantemente com as crianças e suas famílias, gerindo-as emocionalmente, acompanhando e mantendo seus papéis maternos.

Ademais, importa ressaltar que esta pesquisa se situa no âmbito das Migrações Sul-Sul (BAENINGER *et al*, 2018) fenômeno migratório em que pessoas do Sul Global se deslocam para outros países também do Sul, especialmente, devido às dificuldades de acessar os países do Norte Global que, cada vez mais, impõem medidas restritivas, securitárias e discriminatórias

para os imigrantes que buscam esses territórios como local de destino. Além dos obstáculos impostos pelo Norte, destaca-se a emergência de alguns países do Sul como potências regionais, o que também impulsiona a escolha do deslocamento Sul-Sul.

Nesse contexto e durante os anos estudados nesta pesquisa (2013-2018), o Brasil despontava como um país possível para imigrantes à procura de melhores oportunidades, especialmente devido aos resultados dos indicadores de organismos internacionais sobre população, qualidade de vida, saúde, emprego e educação, dentre outros. Ademais, Baeninger (2018) afirma que em virtude das possibilidades de se realizar uma imigração documentada, o Brasil se torna o país possível, não necessariamente sendo o mais desejado. Como vimos nesta pesquisa, isso se deve, principalmente, por conta do papel que as solicitações de refúgio no Brasil têm desempenhado como forma de garantir uma regularização acessível e gratuita, ainda que sob condições precárias e provisórias. Assim sendo, o país passou a atrair migrantes do Sul Global, principalmente, de países africanos e asiáticos que vêm ao Brasil como solicitantes de refúgio, buscando trabalho e melhores condições de vida. É nesta conjuntura que notamos a vinda de mulheres angolanas grávidas para o país.

## 5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Em termos das hipóteses estabelecidas no início deste texto, podemos concluir que as três foram confirmadas e podemos afirmar que o ato de migrar grávida, dar à luz no Brasil e regularizar a situação migratória, é uma hipótese verdadeira, o que pode ser verificado, especialmente, pelo número de imigrantes que chegaram grávidas e no último trimestre da gestação. A segunda hipótese também foi atestada, quer seja pelos dados comparativos dos indicadores internacionais que mostram que as condições de saúde e educação no Brasil são superiores a Angola, quer seja pelos relatos das entrevistadas que mencionaram frequentemente a gratuidade e a qualidade dos hospitais, dos postos de saúde, das creches, das escolas existentes em São Paulo.

Comprovamos também, no tocante à terceira hipótese, que o trabalho se torna um fator importante somente a partir do período pós-parto, quando a mulher precisa garantir o sustento da família, considerando que muitas delas são as únicas responsáveis pela casa (família monoparental) e não recebem remessas de Angola. As únicas exceções foram as entrevistadas Angela (08/11/2017) e Maia (17/11/2017) que, durante a entrevista, afirmaram que vieram para o Brasil também para buscar emprego. Todas as demais revelaram que a motivação para a emigração foi primordialmente a procura de melhores condições de vida para seus filhos, elas próprias e suas famílias.

Buscamos trabalhar, ao longo da pesquisa, as narrativas de mulheres angolanas com intuito de ouvi-las e compreendê-las em termos dos sonhos, objetivos, motivações e expectativas que elas tinham em relação a imigração

para o Brasil. Constatamos que muitos dos seus objetivos foram alcançados, considerando, especialmente, aqueles que dizem respeito à saúde e educação de seus filhos. Todavia, outros relacionados a condições de moradia, emprego e regularização migratória ainda não haviam sido resolvidos no momento da entrevista. Apesar disso, somente uma das 19 mulheres declarou ter vontade de retornar para Angola. Todas as demais, quando foram perguntadas, preferiram ficar no Brasil, não obstante sentirem saudades, pois acreditavam que as condições de vida estariam piores no local de origem.

Esta pesquisa estudou a mulher como agente do fenômeno migratório, com toda sua vitalidade, coragem, sofrimento, solidão e com seu empoderamento sobre os fatos que circunscrevem sua nova vivência na imigração. O enfoque da feminização da migração é fundamental, bem como uma visão atenta sobre os diferentes papéis que a mulher experiencia, dentre eles, o da maternidade. Consideramos, nessa pesquisa, a mulher imigrante como sujeito ativo de seu projeto migratório. Isso decorre do fato de que, ao olhar e estudar a mulher imigrante, grávida ou não, constatamos coragem e força que se reveste de um poder de decisão importante para enfrentar, na grande maioria das vezes sozinha, todas as dificuldades e desafios envolvidos no processo de: decisão, documentação, viagem, chegada ao Brasil, regularização migratória, parto e o cuidado dos filhos. Muitas delas viajam com pouco ou nenhum recurso financeiro. Nesse processo, transparece o empoderamento feminino na coragem e força para enfrentar seu projeto migratório. Empoderam-se de seu papel, reelaborando-o e, muitas vezes, assumem, sozinhas, os papéis de mãe, provedora e educadora, dentre outros. Surge, assim, a questão da mulher, que reforça a visibilidade atual da imigração que tem cada vez mais a sua face feminina, observada em vários relatos, pesquisas e estatísticas.

Importa ainda registrar questionamentos e dúvidas que não foram inicialmente previstos, mas foram se manifestando ao longo da pesquisa de campo. Algumas perguntas que julgamos que mereceriam ser aprofundadas em trabalhos futuros são:

- a) No longo prazo, as mulheres grávidas ou que aqui engravidaram conseguiriam se regularizar e com base em reunião familiar? Quais as diferenças entre deterem ou não a CRNM? Esse projeto migratório possibilitará uma vida melhor para elas e seus filhos? As mulheres estarão mais independentes das instituições e do Estado e com maior possibilidade de inserção no mercado de trabalho?;
- b) Mesmo com as dificuldades econômicas e laborais reveladas pelas entrevistadas, essas mulheres terão possibilidades financeiras de enviar remessas e trazer seus filhos para o Brasil?;

- c) Como é a realidade das crianças e adolescentes que ficaram em Angola e RDC, cujas mães migraram para o Brasil? Quais as dificuldades, os problemas enfrentados, os sentimentos, a qualidade de vida e qual a relação familiar que essas crianças “órfãs da mobilidade” mantêm com suas mães?;
- d) Como a relação histórica entre Angola e RDC e a migração entre os dois países influenciam na vida das mulheres angolanas que vieram para o Brasil?

Com tais perguntas, concluímos que muitos estudos podem ser realizados a partir dos desdobramentos desta pesquisa. Afinal, o fenômeno da migração de mulheres grávidas no Brasil é complexo, multifacetado e não se restringe apenas à nacionalidade angolana. O processo migratório dessas mulheres, como buscamos descrever, é também atravessado por afetos, sensibilidades, emoções, sonhos, expectativas, saudades e lágrimas. Tendo isso em vista, importa dizer que esta pesquisa não esgota o tema, portanto, esperamos que a realidade das mulheres imigrantes, responsáveis por famílias monoparentais, grávidas ou não, com ou sem filhos brasileiros, se constitua e se mantenha como uma pauta de preocupações permanentes do Estado brasileiro, das instituições da sociedade civil e da comunidade acadêmica.

## NOTAS

<sup>1</sup> Imigrantes devem ser entendidos por pessoas que saem de seu país de origem ou residência habitual e desejam permanecer, viver e/ou trabalhar em um país de destino. Nesta pesquisa, utilizamos o termo amplo imigrante, para se referir às mulheres angolanas que chegam ao país e que utilizam diferentes estratégias de regularização migratória, dentre elas a solicitação de refúgio.

<sup>2</sup> Entidade filantrópica que pertence à Pia Sociedade dos Missionários de São Carlos, e que presta apoio e acolhimento a imigrantes e refugiados na cidade de São Paulo.

<sup>3</sup> A Caritas é uma organização não governamental da Igreja Católica que atua em São Paulo desde 1968 por meio da Caritas Arquidiocesana de São Paulo. Desde esse período, presta serviços de acolhida e orientação para refugiados com objetivo de promover o apoio na integração e proteção de solicitantes de refúgio e refugiados na cidade.

<sup>4</sup> De acordo com dados do Comitê Nacional para Refugiados (CONARE), dos 8.863 refugiados reconhecidos pelo governo brasileiro até abril de 2016, 1.420 eram angolanos, ficando atrás dos sírios (2.298), porém, antes do início da guerra na Síria, os angolanos eram o maior número de refugiados no Brasil (MJSP, 2016).

<sup>5</sup> Segundo Visentini, a guerra civil de Angola foi “uma das mais longas guerras civis da história contemporânea” (1961-2002). Nesse período o autor considera as guerras de libertação de 1961 a 1975, data da independência de Angola, e a guerra civil até 2002. (VISENTINI, 2012, p. 88).

<sup>6</sup> Tal queda, contudo, não pode ser objeto de estudo de pesquisa, porém alerta para a necessidade de estudos futuros que continuem acompanhando o movimento migratório de angolanos para o Brasil e sua relação com o processo de solicitação de refúgio.

<sup>7</sup> Este artigo foi elaborado a partir da tese denominada “Filhos, Saúde e Migração: O Processo Migratório de Mulheres Angolanas para a Cidade de São Paulo”, defendida em 11 de maio de 2021, na Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP), sob orientação da Prof<sup>a</sup> Dra<sup>a</sup> Lucia Maria Machado Bógus. Os detalhes do estudo, os resultados completos, os roteiros das entrevistas semiestruturadas e o caderno de campo estão disponíveis na tese.

<sup>8</sup> Art. 12. São brasileiros: I - natos: a) os nascidos na República Federativa do Brasil, ainda que de pais estrangeiros, desde que estes não estejam a serviço de seu país (BRASIL, 1988).

<sup>9</sup> A partir de 2018, este cenário se modificou por conta do aumento do fluxo de venezuelanos na região norte do país, mais especificamente nas cidades de Boa Vista e Pacaraima, em Roraima.

<sup>10</sup> Siglas para os sistemas utilizados pela Polícia Federal: Sistema Nacional de Cadastramento de Registro de Estrangeiros (vigente durante o Estatuto do Estrangeiro, nº 6.815/1980) e Sistema de Registro Nacional Migratório (Lei de Migração nº 13.445/2017).

<sup>11</sup> Na tese foram apresentados e comparados diversos índices de organismos internacionais relativos ao Brasil e Angola onde foi constatado que o Brasil possui melhores condições de vida, saúde, educação, dentre outros, o que corrobora os depoimentos das mulheres entrevistadas sobre suas motivações para migrarem.

<sup>12</sup> Os nomes mencionados correspondem a nomes fictícios atribuídos às entrevistadas para preservação de suas identidades.

## REFERÊNCIAS

- ACNUR (ALTO COMISSARIADO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA REFUGIADOS). **Cessação para refugiados angolanos e liberianos pode alterar perfil do refúgio no Brasil**. 3 jul. 2012. Disponível em: <<https://www.acnur.org/portugues/2012/07/03/cessacao-para-refugiados-angolanos-e-liberianos-pode-alterar-perfil-do-refugio-no-brasil/>>. Acesso em: 17 mar. 2021.
- AKOTIRENE, C. **Interseccionalidade**. Editora Pólen, São Paulo, 2019.
- BACHELARD, G. **A poética do espaço**. Livraria Eldorado Tijuca Ltda. Rio de Janeiro, 1978.
- BAENINGER, R. Governança das Migrações: Migrações Dirigidas de Venezuelanos e Venezuelanas no Brasil. In: BAENINGER, Rosana. SILVA, João Carlos Jarochinski (Coord). **Migrações venezuelanas**. Campinas, SP: Núcleo de Estudos de População “Elza Berquó” – Nepe/Unicamp, 2018, p. 135-141.
- \_\_\_\_\_. Migração transnacional: elementos teóricos para o debate. In: BAENINGER, Rosana et al. **Imigração Haitiana no Brasil**. Jundiaí: Paco Editorial, 2016, p. 13-43.
- BAENINGER, R et al. **Migrações Sul-Sul**. 2ª ed. Campinas, SP: Núcleo de Estudos de População “Elza Berquó” – Nepe/Unicamp, 2018.
- BERQUÓ, E. A família no século XXI: um enfoque demográfico. **Revista Brasileira de Estudos Populacionais**. São Paulo, v.6, n. 2, p. 1-16, jul/dez, 1989.

- BERTH, J. **Empoderamento**. São Paulo: Polén, 2019.
- BERTOLDO, J.. Migração com rosto feminino: múltiplas vulnerabilidades, trabalho doméstico e desafios de políticas e direitos. **Rev. katálysis**, vol.21, n.2, p.313-323, 2018. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/1982-02592018v21n2p313>>. Acesso em: 26 fev. 2021.
- BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil de 5 de outubro de 1988. Constituição da República Federativa do Brasil. **Diário Oficial da União**, Brasília, Presidência da República, 5 out. 1988. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/Constituicao/Constituicao.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao.htm)>. Acesso em: 05 nov. 2020.
- CASP (CARITAS ARQUIDIOCESANA DE SÃO PAULO). **Relatório do setor de acolhida indica perfil de pessoas refugiadas atendidas pela Caritas SP em 2020**. 2021. Disponível em: <[https://caritassprefugio.wixsite.com/casp/single-post/relat%C3%B3rio-do-setor-de-acolhida-indica-perfil-de-pessoas-refugiadas-atendidas-pela-caritas-sp-em-2020?fbclid=IwAR2K7VcvcuOBzvQ6J1gIT3SY7GNaagsdYVXmLD8HsOCqjGaBQITE\\_vtj8](https://caritassprefugio.wixsite.com/casp/single-post/relat%C3%B3rio-do-setor-de-acolhida-indica-perfil-de-pessoas-refugiadas-atendidas-pela-caritas-sp-em-2020?fbclid=IwAR2K7VcvcuOBzvQ6J1gIT3SY7GNaagsdYVXmLD8HsOCqjGaBQITE_vtj8)>. Acesso em: 27 mar.2021.
- DIÓGENES, J. Mães angolanas buscam São Paulo e obrigam a Prefeitura a criar abrigo, **O Estado de São Paulo**, São Paulo, 19 abr. 2016. Disponível em: <<http://sao-paulo.estadao.com.br/noticias/geral,maes-angolanas-buscam-sp-e-obrigam-prefeitura-a-criar-abrigo,10000026903>>. Acesso em: 30 mar. 2017.
- FURTADO, S. C. Fluxo Migratório de Mulheres Refugiadas: O Caso das Angolanas em São Paulo. In: BAENINGER, Rosana *et al.* **Migrações Sul-Sul**. 2ª ed. Campinas, SP: Núcleo de Estudos de População “Elza Berquó” – Nepo/Unicamp, 2018, p. 782-783.
- GLICK-SCHILLER, N.; BASCH, L; SZANTON-BLANC, C. De imigrante a transmigrante: teorizando a migração transnacional. **Cadernos CERU**, v. 30, n. 1, p. 349-394, 5 jun. 2019.
- MARINUCCI, R. Feminization of Migration? **REMHU – Revista Interdisciplinar da Mobilidade Humana**. Brasília, v.15, n.29, p. 5-22, 2007. Disponível em: <<http://remhu.csem.org.br/index.php/remhu/article/view/55/47>> Acesso em 28 jul. 2020.
- MARTUSCELLI, P. N. **“Refúgio significa saudades”**: A Política Brasileira de Reunião Familiar de Refugiados em Perspectiva Comparada (1997-2018). 2019. Tese (Doutorado em Ciência Política) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2019.
- MISSÃO PAZ. **Angolanas e angolanos atendidos na Missão Paz** – 2013 a abril 2020. Dados de migração obtidos junto à Missão Paz, 2020. E-mail datado de 30/04/2020.
- MJSP (MINISTÉRIO DA JUSTIÇA E SEGURANÇA PÚBLICA). **Refúgio em números**. 1ª Edição. Brasília: Comitê Nacional para os Refugiados, 2016. Disponível em: <[https://www.justica.gov.br/seus-direitos/refugio/anexos/1o-edicao-sistema\\_de\\_refugio\\_brasileiro\\_-\\_refugio\\_em\\_numeros\\_-\\_05\\_05\\_2016.pdf](https://www.justica.gov.br/seus-direitos/refugio/anexos/1o-edicao-sistema_de_refugio_brasileiro_-_refugio_em_numeros_-_05_05_2016.pdf)>. Acesso em: 05 nov. 2020.
- \_\_\_\_\_. **Solicitações de reconhecimento da condição de refugiado em 23 de novembro de 2020**. Brasília: Comitê Nacional para Refugiados, 2020. Disponível em: <<https://www.justica.gov.br/seus-direitos/refugio/anexos/SITE.CSV>>. Acesso em: 28 jan. 2021

- MORTARI A.C., P.; MARTINO, A. A. Solicitantes de refúgio no Brasil: tempo de permanência na condição migratória, suas implicações e ponderações sobre o panorama atual. **Ponto-e-Vírgula: Revista de Ciências Sociais**, São Paulo, n. 25, p. 28-43, 2019. Disponível em: <<https://revistas.pucsp.br/pontoevirgula/article/view/51030>>. Acesso em: 14 dez. 2020.
- OLIVEIRA, M. M. Feminização das Migrações nas Fronteiras da Amazônia. In: 13º SEMINÁRIO INTERNACIONAL FAZENDO GÊNERO 11 & 13TH WOMEN'S WORLDS CONGRESS. 2017. **Anais Eletrônicos**. Florianópolis, 2017. Disponível em: <[http://www.en.wwc2017.eventos.dype.com.br/resources/anais/1503857327\\_ARQUIVO\\_FEMINIZACAODASMIGRACOESNASFRONTEIRASDAAMAZONIA.pdf](http://www.en.wwc2017.eventos.dype.com.br/resources/anais/1503857327_ARQUIVO_FEMINIZACAODASMIGRACOESNASFRONTEIRASDAAMAZONIA.pdf)>. Acesso em: 26 fev. 2021.
- PEIXOTO, J. **As teorias explicativas das migrações**: teorias micro e macro-sociológicas. SOCIUS Working Papers, Universidade Técnica de Lisboa, Lisboa, 2004. Disponível em: <<https://www.repository.utl.pt/bitstream/10400.5/2037/1/wp200411.pdf>> Acesso em: 28 jul. 2020.
- PERES, R. G. BAENINGER, R. Migração feminina: um debate teórico e metodológico no âmbito dos estudos de gênero. In: ENCONTRO NACIONAL DE ESTUDOS POPULACIONAIS ABEP, XVIII, 19-23 nov. 2012. **Encontro**. Águas de Lindóia – São Paulo, 2012.
- RODRIGUES, F. B.; MAISONAVE, A. C. **Estudo sobre a feminização da migração cabo-verdiana e o seu impacto nas famílias**: um estudo de caso na Ilha de Santiago, Cabo Verde. ONU MULHERES. Março, 2013. Disponível em: <[https://eprints.ucm.es/36400/1/%5BRodrigues%3BCort%C3%A9s%5D%20CV\\_MigGender.pdf](https://eprints.ucm.es/36400/1/%5BRodrigues%3BCort%C3%A9s%5D%20CV_MigGender.pdf)> Acesso em 28 jul.2020.
- ROSSA, L. A. **Identidade entre fronteiras**: migração transgeracional e trajetória educacionais de mulheres angolanas em São Paulo. 2018. Dissertação (Mestrado em Ciências Humanas e Sociais) - Universidade Federal do ABC, São Bernardo do Campo, 2018.
- ROSSA, L. A.; MENEZES, M. A. Entre migrações e refúgio: migrações Sul-Sul no Brasil e as novas tipologias migratórias. In: BAENINGER, Rosana *et al.* **Migrações Sul-Sul**. 2ª ed. Campinas, SP: Núcleo de Estudos de População “Elza Berquó” – Nepo/Unicamp, 2018, p. 383-401.
- \_\_\_\_\_. Mulheres angolanas em São Paulo: “novos” contornos de imigração e refúgio. In: 13º SEMINÁRIO INTERNACIONAL FAZENDO GÊNERO 11 & 13TH WOMEN'S WORLDS CONGRESS. 2017. **Anais Eletrônicos**. Florianópolis, 2017. Disponível em: <[http://www.en.wwc2017.eventos.dype.com.br/resources/anais/1499354940\\_ARQUIVO\\_LyaAmandaRossaartigoCompleto.pdf](http://www.en.wwc2017.eventos.dype.com.br/resources/anais/1499354940_ARQUIVO_LyaAmandaRossaartigoCompleto.pdf)> Acesso em: 05 ago. 2020.
- SANTOS, A. L.; NOVAES, D. T. P.; CHAVES, M. de F. G. Mulheres angolanas no Brasil: reflexões sobre migrações, gênero e maternidade. **Cadernos de Estudos Sociais**, vol. 33, n. 2, jul/dez.2018.
- SANTOS, M. A. dos *et al.* **Migração**: uma revisão sobre algumas das principais teorias. 2010. Texto para Discussão. Belo Horizonte: UFMG/Cedeplar, 2010. Disponível em: <<http://www.cedeplar.ufmg.br/pesquisas/td/TD%20398.pdf>> Acesso em: 28 jul. 2020.
- SASAKI, E.; ASSIS, G. Teoria das migrações internacionais. XII ENCONTRO NACIONAL DA ABEP, out. 2000. **Anais Eletrônicos**. Caxambu, 2000. Disponível em: <[http://www.abep.nepo.unicamp.br/docs/anais/pdf/2000/Todos/migt16\\_2.pdf](http://www.abep.nepo.unicamp.br/docs/anais/pdf/2000/Todos/migt16_2.pdf)> Acesso em: 28 jul. 2020.

- SAWAIA, B. B. Psicologia e desigualdade social: uma reflexão sobre liberdade e transformação social. **Psicol. Soc.** Florianópolis, v. 21, n. 3, pág. 364-372, dez. 2009. Disponível em <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0102-71822009000300010&lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-71822009000300010&lng=en&nrm=iso)>. Acesso em: 12 mai. 2021.
- SAYAD, A. **A migração ou os paradoxos da alteridade**. São Paulo: Ed. da USP, 1998.
- SCHULER, F. de M. G. **“Órfãos da mobilidade”**: as repercussões da migração da mãe na vida dos filhos que ficaram. 2015. Tese (Doutorado em Psicologia Clínica) – Universidade Católica de Pernambuco, Recife, 2015.
- SCHULER, F. de M. G.; DIAS C. M. de S. B. Migração feminina: um estudo das repercussões na vida das mães e dos filhos. In: BÓGUS, Lúcia; BAENINGER, Rosana (Orgs). **A nova face da migração internacional no Brasil**. São Paulo: EDUC, 2018, p.341-357.
- SISMIGRA (SISTEMA DE REGISTRO NACIONAL MIGRATÓRIO). Departamento da Polícia Federal - Ministério da Justiça e Segurança Pública do Brasil/OBMigra. Imigrantes internacionais registrados (Registro Nacional de Estrangeiro - RNE/ Registro Nacional Migratório - RNM). **Tabulações Observatório das Migrações em São Paulo - NEPO/ UNICAMP - CNPq/MPT, 2020**. Disponível em: <<https://www.nepo.unicamp.br/observatorio/bancointerativo/numeros-imigracao-internacional/sincre-sismigra/>> Acesso em: 05 nov. 2020.
- TORRES, D. B. Os novos refugiados de Angola. **Nexo**, 13 fev. 2016. Disponível em: <<https://www.nexojornal.com.br/ensaio/2016/Os-novos-refugiados-de-Angola>>. Acesso em: 30 mar. 2017.
- TRUZZI, O. Redes em processos migratórios. **Tempo Social: Revista de sociologia da USP**, v. 20, n. 1, p. 199-218, jun. 2008. Disponível em: <<https://www.scielo.br/pdf/ts/v20n1/a10v20n1.pdf>>. Acesso em: 28 jul. 2020.
- UNDP (UNITED NATIONS DEVELOPMENT PROGRAMME). **Human Development Data**. 2019. Disponível em: <<http://hdr.undp.org/en/data>> Acesso em: 06 nov. 2020.
- VISENTINI, P. F. **As revoluções africanas**: Angola, Moçambique e Etiópia. São Paulo: Editora Unesp, 2012.

## RESUMO

Este artigo é um resumo da tese de Doutorado em Ciências Sociais pela PUC-SP, defendida em maio de 2021, que tem como objetivo entender e mapear as estratégias migratórias adotadas por mulheres angolanas como parte de seus projetos migratórios, considerando principalmente a regularização migratória por filho nascido no Brasil e a busca por melhores condições de saúde e educação para elas, seus filhos e suas famílias. Para tanto, foi realizado um estudo de caso com angolanas que vieram grávidas ou não, com filhos ou não e acompanhadas ou não de seus marido e/ou companheiros para São Paulo durante o período de 2013 a 2018. Como metodologia, foi feita uma revisão bibliográfica de artigos, dissertações e teses que tratam dos temas migração, maternidade, migração feminina e migração angolana para o Brasil. Um dos principais referenciais teóricos mobilizados foi o conceito de “feminização da migração”. Além disso, foram realizadas entrevistas semiestruturadas em profundidade com 19 mulheres angolanas que chegaram a São Paulo após 2013 para investigar e identificar características pessoais, as motivações do deslocamento e as estratégias utilizadas para migrar. Foram também

entrevistados 14 especialistas, dentre eles: doutorandos, mestrando, pesquisadores angolanos e profissionais de instituições que atendem essas mulheres, em São Paulo. Concluímos que a vinda das mulheres angolanas para o Brasil tem como finalidade a criação dos filhos no país a partir das condições de saúde e educação gratuitas e de qualidade oferecidas no Brasil. Foi possível notar que a regularização migratória com base em filho nascido no Brasil foi uma questão relevante para as estratégias da maioria das mulheres entrevistadas. A tese também visa contribuir para evidenciar outra faceta dos movimentos migratórios que não estão apenas relacionados à figura masculina e à busca de trabalho. Intentamos revelar diferentes aspectos do fenômeno da migração feminina em que as mulheres são cada vez mais agentes de seus processos migratórios.

**Palavras-chave:** angolanas; migração feminina; gravidez; prole brasileira; regularização migratória.

### ABSTRACT

This article is a summary of my PhD thesis in Social Sciences by PUC-SP, defended in May 2021. The aim of this study is to understand and map the migratory strategies used by the Angolan women as part of their migratory projects, mainly considering the migrating regulation for their Brazil- born children and also the better conditions of health and education for them, their children and families. For this purpose it was conducted a case study among Angolan women who came to São Paulo, pregnant or not, with children or not, together with married / unmarried husbands or not, during the period from 2013 to 2018. As a methodology, it was made a bibliographic review of articles as well as dissertations and thesis which address migration, maternity, female migration and Angolan migration to Brazil. One of the main theoretical references was the concept of the “Feminization of Migration”. Moreover, semi structured in depth interviews were conducted with nineteen Angolan women who arrived in São Paulo after 2013, in order to research and identify the personal characteristics, the reasons for displacement and the strategies used to migrate. Interviews took place mostly at institutions that assist migrant women in São Paulo, after explanation and signatures on the consent form. To complement the search, fourteen specialists were also interviewed: Angolan PhD researchers and professionals from Institutions that attend these women and children in São Paulo. We conclude that the purpose of the Angolan women coming to Brazil is to raise their children based on the free and good quality health and education conditions in Brazil. The search for work was not the previous motivation for immigration; it becomes the predominant factor only after the birth and insertion of their children in day-care centers and schools. Furthermore, during the research it was possible to notice that the regulation on Brazil- born children was a relevant issue in the strategies of most women. Likewise, this thesis aims to contribute to highlight other facets of the migratory movements that are not related only to the male figure and the search for work. We intend to reveal different aspects of the phenomenon of Female Migration in which women are more and more the agents of their migratory processes.

**Keywords:** Angolan Women, Female Migration, Pregnancy, Brazilian Offspring, Migration Regulation